

Ministro do Supremo beneficiou a si próprio ao paralisar inspeção

Ricardo Lewandowski, que concedeu liminar contra corregedoria, recebeu pagamentos sob investigação

Ministro atuava no Tribunal de Justiça de São Paulo antes de ir para o STF e não vê problema em conduta

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), está entre os magistrados que receberam pagamentos investigados pela corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde ele foi desembargador antes de ir para o STF.

Lewandowski concedeu anteontem uma liminar suspendendo a investigação, que tinha como alvo 22 tribunais estaduais. O ministro atendeu a um pedido de associações como a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), que alega que o sigilo fiscal dos juizes foi quebrado ilegalmente pela corregedoria, que não teria atribuição para tanto.

Por meio de sua assessoria, Lewandowski disse que não se considerou impedido de julgar o caso, apesar de ter recebido pagamentos que despertaram as suspeitas da corregedoria, porque não é o relator do processo e não examinou o seu mérito.

A liminar que ele concedeu suspende as inspeções programadas pelo CNJ e permite que o relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, volte a examinar a questão em fevereiro, quando o STF voltará do recesso de fim de ano.

A corregedoria do CNJ iniciou em novembro uma devassa no Tribunal de Justiça de São Paulo para investigar pagamentos que alguns magistrados teriam recebido indevidamente junto com seus salários e examinar a evolução patrimonial de alguns deles, que seria incompatível com sua renda.

Um dos pagamentos que estão sendo examinados é associado a uma pendência salarial da década de 90, quando o auxílio moradia que era pago apenas a deputados e senadores foi estendido a magistrados de todo o país.

Em São Paulo, 17 desembargadores receberam pagamentos individuais de quase R\$ 1 milhão de uma só vez, e na frente de outros juizes que também tinham direito a diferenças salariais.

Lewandowski afirmou, ainda por meio de sua assessoria, que se lembra de ter recebido seu dinheiro em parcelas, como todos os outros.

O ministro disse que o próprio STF reconheceu que os desembargadores tinham direito à verba, que é declarada no Imposto de Renda. Ele afirmou que não entende a polêmica pois não há nada de irregular no recebimento.

A corregedoria afirmou ontem, por meio de nota, que não quebrou o sigilo dos juizes e informou que em suas inspeções "deve ter acesso aos dados relativos à decla-

EM CAUSA PRÓPRIA

Ministro do STF é alvo de investigação que suspendeu



O ministro Ricardo Lewandowski

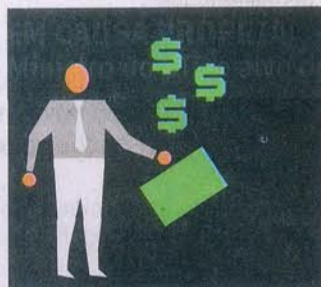
Lula Marques - 13.dez.2011 /Folhapress



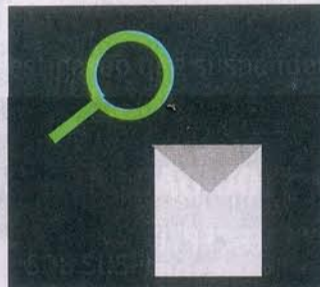
SOB SUSPEITA

Lewandowski está entre os magistrados do Tribunal de Justiça de SP investigados pelo CNJ por receber pagamentos suspeitos. Ele foi desembargador da corte paulista antes de ir para o Supremo

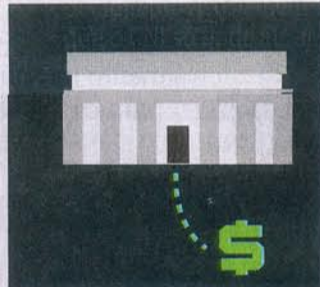
O QUE A DECISÃO DO STF SUSPENDEU



70 desembargadores e servidores do Tribunal de Justiça de SP têm seu patrimônio investigado. Faz parte dessa apuração uma inspeção realizada pelo CNJ em dezembro na folha de pagamento da corte



21 inspeções que estavam agendadas em outros Tribunais de Justiça estaduais, um tribunal federal, um trabalhista e um militar também ficam suspensas



17 integrantes da cúpula do Tribunal de Justiça de SP são investigados pelo CNJ sob suspeita de ter recebido R\$ 17 mi dos cofres públicos em 2010, em condição privilegiada. A apuração também fica suspensa

rações de bens e à folha de pagamento, como órgão de controle, assim como tem acesso o próprio tribunal".

No caso de São Paulo, a decisão do Supremo de esvaziar os poderes do CNJ suspendeu investigações sobre o patrimônio de cerca de 70 pessoas, incluindo juizes e servidores do Tribunal de Justiça.

Liminar concedida anteontem pelo ministro Marco Aurélio Mello impede que o conselho investigue juizes antes que os tribunais onde eles atuam analisem sua conduta —o que, na prática, suspendeu todas as apurações abertas por iniciativa do CNJ.

No caso de São Paulo, a equipe do conselho havia começado a cruzar dados da folha de pagamento do tribunal com as declarações de renda dos juizes. O trabalho foi paralisado ontem.

Colaboraram FREDERICO VASCONCELOS e FLÁVIO FERREIRA, de São Paulo

» LEIA MAIS na pág. A8

» SAIBA MAIS

Magistrados do TJ teriam recebido R\$ 1 mi cada um

DE SÃO PAULO

A inspeção realizada pelo CNJ no Tribunal de Justiça de São Paulo teve como um dos focos um grupo de 17 desembargadores que pode ter recebido ilegalmente R\$ 17 milhões dos cofres da corte paulista, como foi revelado pela **Folha** no dia 8.

Na investigação, feita de 5 a 14 de dezembro, a equipe do CNJ buscou documentos para apurar se o valor foi usado para pagar R\$ 1 milhão de uma só vez para cada um dos magistrados.

Vários desembargadores e juizes de primeira instân-

cia do TJ têm direito a receber verbas relativas a pendências salariais, mas, em geral, as quitações ocorrem por meio de várias parcelas de pequeno valor.

A equipe do CNJ avalia se não houve violação ao princípio jurídico da impessoalidade e, consequentemente, um privilégio ilegal.

A corregedoria apura a suspeita de que no final de 2010 o então presidente do tribunal, Antonio Carlos Viana Santos, morto em janeiro, tenha se aproveitado de uma sobra orçamentária e determinado os pagamentos em favor de si e outros 16 colegas. O TJ possui 353 desembargadores.

A análise dos pagamentos foi suspensa pela decisão do ministro Marco Aurélio Mello, do STF.

PODERES REDUZIDOS

INVESTIGAÇÕES

> Nos últimos anos, o CNJ abriu investigações sobre magistrados sem esperar pelas corregedorias dos tribunais em que atuam

SUSPENSÃO 1

> Anteontem, o ministro Marco Aurélio, do STF, decidiu provisoriamente que o CNJ só pode atuar nos casos já julgados pelas corregedorias locais ou em que elas tenham sido omissas

SUSPENSÃO 2

> No mesmo dia, o ministro Ricardo Lewandowski deu uma liminar suspendendo a inspeção do CNJ, que está sendo feita nas folhas salariais de 22 tribunais do país